

POLÍTICA

As decisões de ontem não são definitivas: podem mudar na votação em plenário. Mas só se Sarney quiser, dizem os líderes.



4 E no plenário, como fica?

A reversão da decisão da Comissão de Sistematização no plenário final da Constituinte, restabelecendo os cinco anos de mandato para o atual presidente, dependerá basicamente de Sarney. Mas acontece que até agora ele já não ajudou muito, até pelo contrário. Esta opinião de vários constituintes ligados ao governo, entre eles o paulista Fernando Gasparian, é compartilhada até por assessores palacianos que acompanharam a votação e acham que Sarney não pressionou como deveria em favor de sua tese, para atingir os hoje chamados de "falsos amigos", entre eles o senador José Richa.

Os líderes Carlos Sant'Anna, do governo, Mário Covas, do PMDB, na Constituinte, e o presidente Ulysses Guimarães, acham perfeitamente possível o restabelecimento dos cinco anos no plenário final, até porque reconhecem que a Sistematização, com seus 93 integrantes, não é representativa de toda a Constituinte. Só Fernando Henrique Cardoso não acredita na reversão. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, acompanhou a votação de seu gabinete, conseguiu na tarde de sábado reverter mais três votos em favor de Sarney, mas acha também que o presidente precisa assumir mais efetivamente as ações objetivas do governo.

O resultado final não surpreendeu, na verdade, a assessoria palaciana. Sarney contava apenas com a abstenção de Sandra Cavalcanti, o que não aconteceu. Para restabelecer os cinco anos de mandato, os constituintes governistas deverão somar 280 votos no plenário da Constituinte, número aparentemente difícil de alcançar, devido à radicalização entre os grupos progressistas e conservadores, e também devido ao contínuo descrédito do governo.

Em tese, para sua pretensão final, o governo poderia contar com os constituintes do Centrão, que somam 311, embora na constituição do grupo o mandato presidencial e o sistema de governo tenham sido mantidos como questão aberta. Acham parlamentares governistas que se for aprovada a alteração do regimento da Constituinte, como sugerida através do projeto de resolução do Centrão, as coisas vão se inverter a favor do governo.

As pressões a serem desencadeadas pelo Palácio do Planalto, conforme aconselham ao presidente alguns constituintes, poderiam levar mais votos para as hostes governistas, dizem parlamentares ligados a Sarney. No entanto, nenhum deles, a julgar pelo que conhecem do chefe do governo e de seu comportamento até aqui, acredita que o chefe do governo passe a adotar tais posições agressivas.

Mudanças

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, admitiu que o presidente José Sarney poderá fazer algumas modificações em sua equipe de governo caso seja mantida a decisão de quatro anos de seu mandato. Antônio Carlos foi um dos ministros que esteve com Sarney no Palácio da Alvorada e disse que ele estava tranquilo. Frisou que se o plenário da Constituinte marear eleições para o ano que vem, elas serão realizadas, acrescentando que "isso, de certo modo, traz um benefício, que o presidente fica inteiramente livre para fazer uma equipe de acordo com os interesses do País e governar o tempo que lhe restar dentro da dignidade, que é o seu princípio básico, e sem as pressões que alguns políticos dos partidos têm feito, impedindo algumas boas reformas para o País".

Frisou que o presidente José Sarney "acata a decisão da Comissão de Sistematização e se ela se refletir no plenário, o fará da mesma maneira". Observou que o que ele não vai é "negociar, como muitos quiseram, à custa do dinheiro público, o seu voto para continuar na Presidência da República". Ele negou que Sarney tenha declarado guerra contra aqueles que votassem pelos quatro anos do seu mandato, dizendo que "foi um dos seus representantes que disse coisas assim", mas que o presidente estava absolutamente tranquilo "dentro do seu princípio de cumprir o dever do cargo". Quanto ao parlamentarismo, o ministro das Comunicações disse que "o lógico seria a sua adoção após o mandato do presidente José Sarney, que seria cumprido no presidencialismo, não havendo negociações nesse sentido".



Magalhães no Alvorada: o governo pode mudar.



Fernando Henrique: plenário vai manter.

Goiás pode ser dividido. Roraima e Amapá, promovidos.

Mais três Estados

A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou ontem a criação de mais três Estados no País. Por 82 votos contra cinco e com cinco abstenções, aprovou emenda dos deputados goianos Siqueira Campos (PDC) e José Freire (PMDB), criando o Estado de Tocantins, a ser desmembrado de Goiás; e por 90 votos contra apenas dois aprovou a emenda do deputado Mozerildo Cavalcanti (PFL-RR) transformando os territórios de Roraima e Amapá em Estados e estabelecendo que sua instalação se dará com a posse dos governadores, a serem eleitos em 15 de novembro de 1990.

Dentro de 120 dias, a contar da promulgação da futura Constituição, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás realizará plebiscito na área onde se situará o futuro Estado de Tocantins. Se o resultado do plebiscito for favorável, será criado o novo Estado, com instalação prevista para até 45 dias depois.

O futuro Estado de Tocantins deve limitar-se com Goiás ao norte nas divisas dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos; a leste, norte e oeste, nas divisas atuais de Goiás com a Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

A capital será, provisoriamente, esco-

lhada pelo executivo federal, sendo que o presidente da República deve também nomear, até 30 dias após o resultado favorável do plebiscito, o governador *pro tempore* para um mandato "tampão" que vai coincidir com o final do mandato dos governadores estaduais em 1990. A Assembleia Constituinte Estadual — com oito deputados federais e três senadores — será eleita a 15 de novembro de 1988. Será esta Assembleia a definir a capital definitiva.

A única emenda política apreciada ontem à tarde era de autoria do deputado Bocayúva Cunha, do PDT do Rio de Janeiro, e previa eleições para deputados federais e senadores no dia 15 de novembro do próximo ano, juntamente com a escolha do futuro presidente da República. A emenda foi rejeitada por 48 votos, contra 38 favoráveis e três abstenções. A proposta recebeu críticas por excluir os governadores e foi encaminhada favoravelmente, além do seu autor, pelo relator Bernardo Cabral.

O resto da sessão foi dedicado à apreciação de emendas criando Estados, como a de autoria do deputado Davi Alves da Silva (PDS-MA), que pretendia o desmembramento do Maranhão para a criação do Maranhão do Sul. A proposta foi rejeitada por 47 votos contra 33 e oito abstenções.

Ficou prejudicada emenda de autoria do deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), que criava o Estado do Tapajós, unificando onze municípios do Pará. Seu autor sustentou que não haveria prejuízos para a União, pois a região já tem infra-estrutura, mas o senador Aluísio Chaves (PFL-PA) discursou contra a iniciativa, argumentando que a região não tem condições de se manter economicamente. Outra das emendas prejudicadas é de autoria do deputado Chico Humberto (PDT-MG) criando o Estado do Triângulo, desmembrando o Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais. A proposta não alcançou quórum qualificado, recebendo apenas 42 votos contrários, 24 favoráveis e 16 abstenções.

Outra proposta prejudicada por falta de quórum é de autoria conjunta dos deputados José Maurício (PDT-RJ) e Adolfo de Oliveira (PFL-RJ), separando a Guanabara do Rio de Janeiro. José Maurício disse que a população do Rio "foi tremendamente injustiçada pelo ato autoritário que decretou a fusão dos dois Estados". Mas a deputada Sandra Cavalcanti discursou contra a iniciativa, afirmando ter sido essa a única maneira de levar o desenvolvimento econômico à região. A proposta foi rejeitada por 50 votos, contra 36 e oito abstenções.

Voto a voto, as vitórias e derrotas dos governadores.

O poder perdeu. Com a aprovação de um mandato de quatro anos para Sarney, perdeu o presidente da República, perderam os governadores que diziam defender cinco anos, perderam os ministros-políticos — Antônio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves, Prisco Viana. Perderam também os líderes José Lourenço, do PFL, e Carlos Sant'Anna, do governo. Este último mais do que o primeiro: perdeu na votação geral e na própria bancada, do PMDB baiano, onde garantiu apenas o próprio voto, enquanto os outros cinco deputados votaram contra Sarney. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi o que sofreu o desgaste menor — ele não se empenhou na defesa dos cinco anos, não pedindo o voto dos deputados.

Ganham os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa. Por suas pretensões eleitorais, saíram ganhando Luís Ignácio Lula da Silva e Leonel Brizola.

O Palácio do Planalto, que contava como certa a sua vitória, teve algumas surpresas. Dois governadores influentes se empenharam pelos quatro anos e conseguiram um resultado arrasador: Waldyr Pires e Miguel Arraes obtiveram 5 dos 6 votos das bancadas baiana e pernambucana. Outra surpresa foi o voto quatroanista de Sandra Cavalcanti — esperava-se a sua abstenção. Mas os votos determinantes foram seis de deputados do chamado Centrão. Votaram "sim" Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Antonio Carlos Mendes Thame (PFL-SP), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Francisco Rossi (PTB-SP), Siqueira Campos (PDC-GO) e Antonio Farias (PMB-PE). Se apenas dois destes tivessem votado de acordo com os desejos do presidente Sarney, a situação seria inversa e o outro resultado facilitaria a manutenção dos cinco anos no plenário da Constituinte.

O governador de Minas, Newton Cardoso, obteve o melhor resultado para Sarney — de uma bancada de seis deputados, conseguiu quatro votos. Mais do que Quêrcia, que de sete parlamentares obteve apenas três votos contra o encurtamento do mandato do presidente. A favor das eleições em 1988 votaram os paulistas Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes, João Herrmann e José Serra. Contra, ficaram Fernando Gasparian e os querquistas Manoel Moreira e Theodoros Mendes.

Por quatro anos, votaram 31 entre 49 parlamentares do PMDB que estão na Comissão de Sistematização, 5 (entre 24) do PFL, apenas um do PDS (entre 6), um (entre 3) do PTB, PDT, PT, PDC, PC do B, PCB, PSB e PMB deram seus votos para os quatro anos, e o representante do PL, Adolfo Oliveira, apostou na manutenção do texto do substitutivo Cabral, que falava em 6 anos de mandato para o atual presidente.

O voto do líder do PL era desconhecido até momentos antes. Em contrapartida, o usineiro Antonio Farias, ex-vice-presidente nacional do PDS e malufista, hoje no Partido Municipalista Brasileiro (PMB), foi pelo mandato de quatro anos. O líder do PDC, Siqueira Campos, muito pressionado pelos dois lados, optou pelo mandato de quatro anos. "O pessoal das diretas me respeita", disse ele.

Seis parlamentaristas que pretendiam votar pelo mandato de cinco anos decidiram na véspera mudar para 4 anos. Francisco Pinto, Nelson Carneiro, Virgildário de Senna, Mário Lima, Carlos Mosconi e Celso Dourado, em declaração conjunta, disseram que tentaram, sem êxito, a negociação política que assegurasse o sistema parlamentarista como forma de governo, permitindo ao presidente Sarney cumprir mandato de cinco anos. "Vimos bloqueadas todas as nossas propostas; matando-se a intransigente oposição do presidente contra uma solução politicamente negociada e em termos altos", disseram eles.

O ex-ministro da Fazenda, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que defendia seis anos de mandato, votou pelo mandato de quatro anos: "Diante do quadro político atual, a realização de eleições em 1988 representa um anseio nacional" — disse ele.

Por volta das 10 horas, o senador Richa dizia esperar a vitória da proposta de diretas-88. E previu: "Vamos conseguir 48 votos". Acertou na mosca. Já o especialista em previsões de votações, Daso Coimbra, na mesma hora, previu empate — 46 a 46 e uma abstenção (Sandra Cavalcanti). Perdeu duplamente, já que a deputada do PFL votou a favor do mandato de quatro anos, surpreendendo a todos.

Todos conheciam a tendência da Comissão de Sistematização em votar o mandato de 4 anos para o presidente Sarney. Menos ele próprio. É verdade que a pressão se fez, de forma pesada, e, às últimas horas, esse jogo cerrado dava uma aparente impressão de mudança, embora as posições realmente não se alterassem.

A realidade era a mentira organizada junto ao presidente. Seus líderes e assessores manipulavam cálculos, até a véspera, assegurando-lhe 58 votos (na hipótese mais desfavorável, 55) e ele próprio dava os últimos retoques no trabalho das assessorias e lideranças, classificando os que votassem contra sua proposta de 5 anos como inimigos declarados.

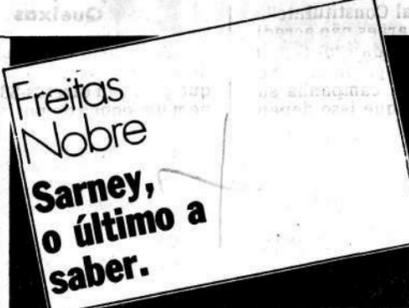
Enquanto conduziam o presidente Sarney ao desconhecimento da realidade, os líderes e assessores negociavam os cargos, concessões de canais e freqüências e outras vantagens diretas ou indiretas.

Alguns constituintes, todavia, que não consideram os assessores e líderes incapazes, passaram a admitir que eles induziram o presidente ao erro, por razões de interesse pessoal ou grupal ainda não devidamente analisado.

Aliás, assim agiram com a decisão das subcomissões, das comissões temáticas nas várias fases da Comissão de Sistematização, quando garantiram ao presidente resultados que jamais ocorreram.

O remanejamento ministerial (e não reforma, como anunciara o presidente) não o ajudou na modificação da tendência de voto. Ao contrário. Desagradando alguns governadores, colocou-os em franca oposição ao mandato de 5 anos, conforme ficou expresso no último encontro de chefes de executivos estaduais no Rio de Janeiro.

O voto do senador Fernando Henrique Cardoso, líder não apenas do PMDB, no Senado, mas, também, do governo, foi motivo de seguidas conversas no Palácio do Planalto. Há vários dias, com sua substituição definida, o presidente foi instado a adiá-la, sob o fundamento de que essa decisão não alteraria o voto do parlamentar paulista e, também, porque a diferença era tal a favor do governo, segundo Prisco Viana, Carlos Sant'Anna, José Lourenço, Hargreaves e outros,



que a medida poderia provocar efeito contrário ao desejado.

Pressão escandalosa

Mas o presidente teve uma outra reação nas horas que antecederam o voto da Sistematização: o protesto contra o que ele classificou de "pressão escandalosa" das lideranças peemedebistas (Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, principalmente e, dizem, que em surdina, a indiferença de Ulysses Guimarães) sobre parlamentares como o deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) para que mudasse seu voto de 5 para 4 anos.

Os líderes governistas, porém, não perceberam ou fingiram não ver duas circunstâncias que levariam ao mesmo resultado. Uma delas, o fato de que o substituto de Osvaldo Lima Filho, na Comissão de Sistematização, o deputado Maurílio Ferreira Lima, também do PMDB de Pernambuco, já se declarara a favor do mandato de 4 anos para o presidente, ou seja, pelas eleições diretas em 1988. E assim votou, como substituto de Osvaldo Lima Filho que, sob pressão, renunciou àquela Comissão. A segunda circunstância é a de que um grupo que se reuniu no último fim de semana em Brasília — com a presença do vice-governador de São Paulo, Almino Affonso, que ali se encontrava não por coincidência, como alguns jornais divulgaram, mas em consequência de um acerto de governadores (Quêrcia excluído desse esquema) e vários constituintes — fixou-se pelo mandato de 4 anos.

Essas circunstâncias confirmavam a previsão de que o resultado, que parecia alterado, viria a ser pelo mandato de quatro anos e,

se a alteração viesse a ser adotada em plenário da Constituinte, o máximo que poderia ocorrer como acordo seriam os cinco anos com parlamentarismo.

Agora, até essa hipótese se enfraquece, pois o grande argumento dos constituintes é o levantamento que está sendo feito junto à população e que, predominantemente, resulta no pedido de eleições diretas no próximo ano, se possível em todos os níveis.

A votação de ontem, na Comissão de Sistematização, comprovou dois fatos: o primeiro, o de que o presidente está sendo enganado, ingênuo ou dolosamente; o segundo, que quanto mais o governo aperta o cerco, ameaçando ou promovendo demissões, perseguições, cancelamento de concessões, afastamento de constituintes que não adotam as posições oficiais, através de alguns governadores, tanto mais cresce o número de votos pelas diretas em 1988.

Com o resultado desses levantamentos de opinião pública, alguns parlamentares concluíam ontem que se aplicou, na realidade, a expectativa popular, com a clara disposição do eleitorado de chegar à presidência da República mais rapidamente, pelo voto direto.

A estas horas, o presidente Sarney deverá estar revivendo a estratégia de que não fazia segredo até há pouco, com suas duas hipóteses que — dizem — o consagrariam na história: O encaminhamento, agora, de emenda constitucional ao Congresso, modificando o texto vigente para permitir, no próximo ano, eleições gerais e diretas, de vereador a presidente (o mérito ficaria com ele, e não com a Constituinte) ou, após a promulgação da nova Carta, a dissolução da Câmara dos Deputados, ouvidos o Conselho da República no qual seu controle é marcante, através da primeira emenda constitucional, se o novo texto não mantiver um período inicial impeditivo de emenda-la.

Um sentimento é comum em Brasília entre constituintes e políticos em geral: enganando, acuada, explorado, esgotado, o presidente Sarney não deixará de reagir.

E ninguém ignore que o presidente tem outros marimbondos de fogo não tão inofensivos quanto os que o consagraram nas traduções, permitindo que o exterior conheça o que os brasileiros ignoram.